

Alunos de escola pública passam de ano sem aprender

Regis Farr

Para que uma criança passe da primeira à segunda série na escola pública, os critérios não são os mais rigorosos. Aliás, a própria Secretaria de Educação orienta seus professores no sentido de fazerem da segunda série um prosseguimento da alfabetização. Assim, parte do programa de um ano é jogada para outro, sucessivamente, acentuando-se a defasagem ao final da quinta série, antigo primeiro ginásial.

Um forte sintoma do mau funcionamento deste sistema é o índice de reprovação das crianças destas escolas. No ano passado, dos que frequentaram a quinta série, 45% foram reprovados, índice só superado na primeira série primária, onde a reprovação foi de 48%. A solução, para alguns professores, seria o acréscimo de mais um ano ao primário, com a volta das classes de alfabetização.

A deficiência do ensino não pára aí: ao chegar ao ginásio, o aluno poderá ser compulsoriamente aprovado nas matérias para as quais o município não ofereceu professor. "É difícil acreditar-se", afirma um professor, "que o sistema educacional tenha alguma preocupação além das estatísticas": "Olha, quer saber de uma coisa?", desabafa outro. "O que realmente faz uma escola funcionar são os professores."

Analfabeto chega ao fim do curso

Quase a metade das crianças matriculadas na primeira série das escolas públicas no ano passado foi reprovada, apesar de os professores serem orientados a considerar alfabetizados os alunos que consigam usar os sons mais simples. A situação obriga, em muitos casos, o uso do primeiro livro na segunda série.

Deste modo, o programa da segunda série acaba sendo jogado para o ano seguinte e o problema, acumulado, manifesta-se de forma mais acentuada ao final da quinta série — que corresponde à antiga primeira ginásial — que teve, em 1980, 45% de reprovação. "O fato", denuncia uma professora, "é que a criança termina o primário sem entender a estrutura de uma frase, isto é, sem saber escrever".

MUDANÇA PARA PIOR

Uma outra professora, com turmas de alfabetização há quase 10 anos, lembra que a situação começou a agravar-se em 1974, quando as chamadas CAs — classes de alfabetização — deixaram de existir, sendo parcialmente substituídas pelas Cads — classes de adaptação.

A diferença básica entre uma e outra é que, antes, ao entrar para o primário na rede pública, a criança só ia para a primeira série depois de passando um ano na classe de alfabetização, a menos, evidentemente, que já soubesse ler e escrever. Agora, depois de colocar em observação, por um mês, os alunos novos, a escola determina os prontos para a primeira série e os não prontos, que irão para uma Cad.

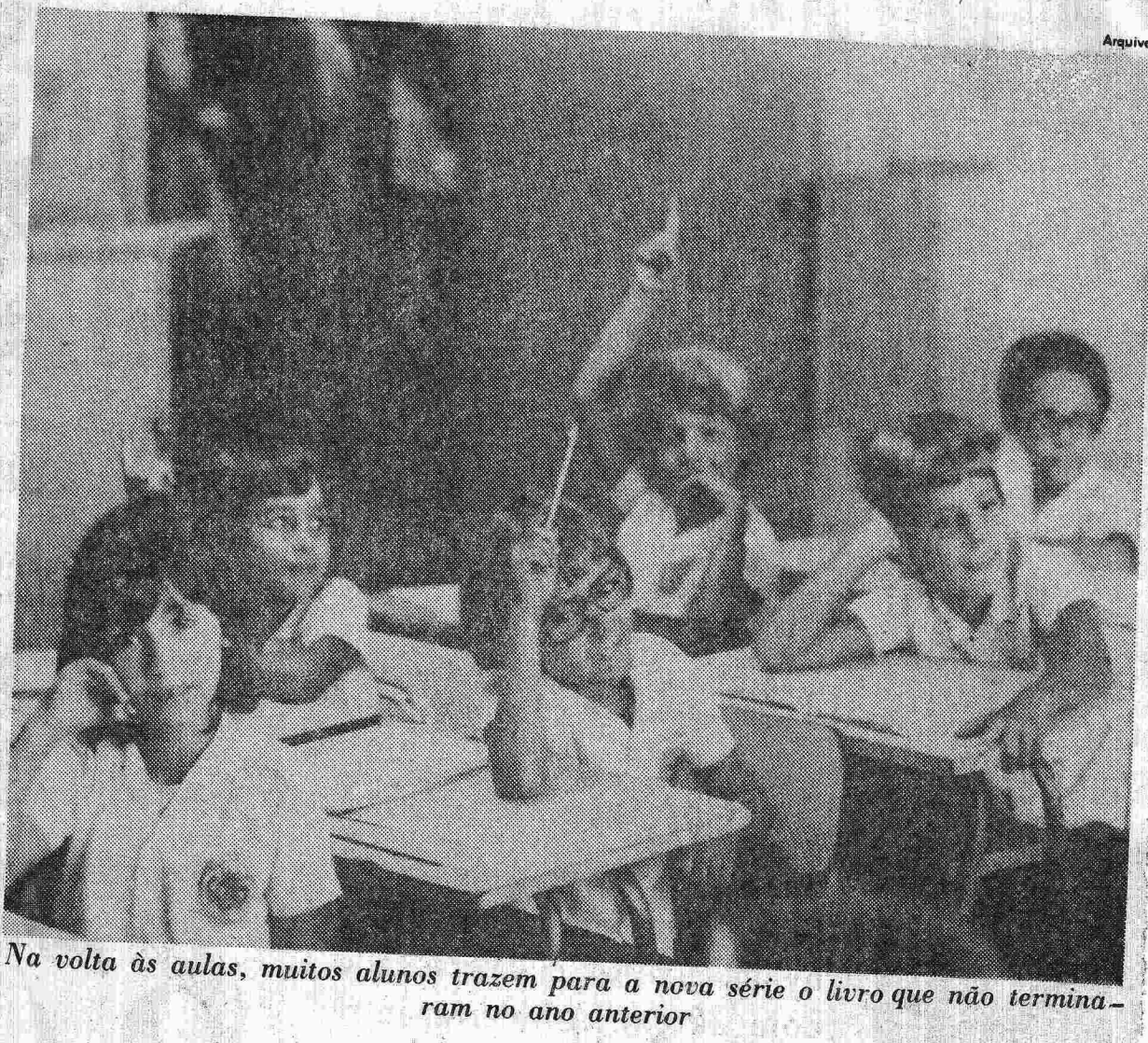
No entanto, há limitações: só pode ficar na turma de adaptação, que deve ter 25 alunos, a criança de, no máximo, sete anos e que seja considerada imatura para a alfabetização, com problemas de percepção, por exemplo. Além do mais, a escola sofre uma certa pressão dos DECs (Distritos de Educação e Cultura, órgão administrativo imediatamente superior a ela) para classificar os alunos para a primeira série.

De acordo com circular da Secretaria Municipal de Educação, de 1976, a alfabetização, qualquer que seja seu processo, é dividida em cinco estágios. Até a terceira etapa, o aluno só lê palavras simples e, na quarta, ele deve estar apto a fazer o "reconhecimento rápido de novas palavras e sua aplicação em novos contextos".

A circular estabelece a quarta etapa como condição mínima para a aprovação da criança, mas documento do Departamento Geral de Educação da Secretaria, distribuído aos alfabetizadores em julho de 1979 — e até hoje em vigor — estabelece: "Em termos de promoção, mesmo que as aquisições não satisfaçam ao mínimo previsto, elas devem ser consideradas como ponto de partida para a continuidade do processo de alfabetização, no ano seguinte".

— Isto significa — explica uma professora — que os problemas do aluno na primeira série devem ser passados, com ele, para a segunda. Acreditado que a solução seria baixar-se a escolaridade para seis anos, quando as crianças entrariam para a CA, pois sentimos que está faltando uma série no ensino fundamental.

A reprovação dos alunos de primeira série, no ano passado, foi, no geral, de 48% mas nas áreas da periferia — Jacarepaguá, Bangu, Realengo, Santa Cruz e Campo Grande — subiu para 52%. Da primeira à oitava série, o índice de reprovação nas escolas públicas do Rio foi de 35%.



Na volta às aulas, muitos alunos trazem para a nova série o livro que não terminaram no ano anterior